



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**  
**ELABORADO PELA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES**  
**ESTRATEGICAS**

**Editado pelo Departamento de Licitações**

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo tem como objetivo analisar a viabilidade da contratação de empresas especializadas para o fornecimento de materiais elétricos para a manutenção da iluminação Pública do Município, visando atender às necessidades de manter as ruas, praças esportivas e áreas de lazer com uma iluminação de qualidade para que a população possa trafegar com segurança e bem estar. Para isso, foi realizado um levantamento das demandas existentes, dos custos envolvidos e dos benefícios esperados com as contratações das empresas de fornecimento. Com tudo, foi feita uma análise comparativa das licitações anteriores realizadas pelo município para esse tipo de serviço, bem como uma avaliação da demanda atual e futura de manutenção.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)** I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O Município atualmente possui 669 ruas cadastradas no sistema, com um total de 6098 lâmpadas estaladas na rede elétrica, sendo elas, 2433 LEDs e 3665 de outros modelos, que demandam de uma manutenção diária para garantir a eficácia do funcionamento correto da sua funcionalidade.

A aquisição de itens para iluminação pública é imprescindível para a manutenção do Parque de Iluminação Pública do Município, pois permite a substituição de equipamentos antigos ou danificados, a ampliação da rede de iluminação e a melhoria da eficiência energética.

Uma iluminação pública de qualidade é necessária para que as pessoas possam circular com tranquilidade pela cidade. Além de oferecer conforto, ela diminui casos de violência nas ruas e aumenta a segurança no trânsito. Segundo estudos, a iluminação pública adequada pode reduzir em até 30% os acidentes de trânsito e em até 20% os crimes violentos. Portanto, a aquisição de itens para iluminação pública é um investimento que traz benefícios sociais, ambientais e econômicos para o município e seus habitantes.

**2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)** II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

O objeto de contratação esta contido no Plano Anual de Contratação, aprovado pelo DECRETO Nº 20071/2023 e descrito abaixo:

Ok	36	5945 Relés e Solenoides
Ok	38	5970 Isoladores elétricos e Materiais Isolantes



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

Ok	39	6110 Equipamentos de Controle elétrico
Ok	40	6130 Conversores elétricos estáticos
Ok	43	6145 Fios e Cabos Elétricos
Ok	44	6150 Equipamentos Diversos para geração e distribuição de energia
Ok	46	6240 Lâmpadas elétricas
Ok	47	6250 Lustres, suportes para lâmpadas e elementos de partida.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, aptas a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, alterado pela Lei complementar n.º 147/2014, cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste Edital e que estiverem cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e que estiverem regularmente credenciados e em situação regular perante o sistema eletrônico do Portal Compras Governamentais, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

**Habilitação Jurídica:** comprovação de que a empresa ou microempresa está legalmente constituída e apta a exercer a sua atividade. Para isso, é necessário apresentar o contrato social, o CNPJ, a inscrição estadual ou municipal, e outros documentos que possam ser exigidos pela administração pública<sup>1</sup>.

**Regularidade Fiscal e Trabalhista:** comprovação de que a empresa ou microempresa está em dia com as suas obrigações tributárias e trabalhistas, tanto em âmbito federal, estadual e municipal, quanto em relação aos seus empregados. Para isso, é necessário apresentar as certidões negativas de débitos, o FGTS, o INSS, e outros documentos que possam ser exigidos pela administração pública<sup>1</sup>.

**Qualificação Econômico-Financeira:** comprovação de que a empresa ou microempresa tem capacidade financeira para cumprir o contrato, sem comprometer a sua saúde financeira. Para isso, é necessário apresentar o balanço patrimonial, a demonstração de resultados, a certidão negativa de falência ou recuperação judicial, e outros documentos que possam ser exigidos pela administração pública<sup>1</sup>.

**Prova de Capacidade Técnica:** comprovação de que a empresa ou microempresa tem experiência e qualificação para executar o objeto do contrato, ou seja, o fornecimento de materiais elétricos. Para isso, é necessário apresentar atestados, certificados, portfólio, e outros documentos que possam ser exigidos pela administração pública<sup>1</sup>.

**Índice de Liquidez Geral:** indicador financeiro que mede a capacidade de uma empresa ou microempresa de pagar as suas dívidas no curto e no longo prazo, considerando o seu ativo circulante (disponibilidades, contas a receber, estoques, etc.) e o seu realizável a longo prazo (investimentos, créditos, etc.),



em relação ao seu passivo circulante (obrigações de curto prazo) e ao seu exigível a longo prazo (obrigações de longo prazo)

Índice de Solvência Geral: indicador financeiro que mede a capacidade de uma empresa ou microempresa de pagar todas as suas dívidas, considerando o seu ativo total (todos os bens e direitos da empresa ou microempresa) em relação ao seu passivo circulante e ao seu exigível a longo prazo.

Índice de Liquidez Corrente: indicador financeiro que mede a capacidade de uma empresa ou microempresa de pagar as suas dívidas de curto prazo, considerando apenas o seu ativo circulante em relação ao seu passivo circulante.

Esses índices podem ser exigidos como requisitos para contratação de empresas ou microempresas de fornecimento de materiais elétricos, dependendo do grau de risco e de confiança envolvidos no contrato. Eles servem para avaliar a situação financeira e a capacidade de pagamento dos fornecedores.

Além desses requisitos, é importante que a empresa ou microempresa de fornecimento de materiais elétricos tenha uma boa variedade de estoque, qualidade dos materiais, atendimento personalizado, presença online, compromisso com o cliente, rapidez de entrega, condições de preços e pagamentos, e suporte apropriado.

**4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)** IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A quantidade estimada levou em conta o quantitativo utilizado em anos anteriores. Entenderam-se as quantidades como sendo suficiente para utilização nos próximos doze meses, sendo ela descrita no DFD (Documento de formulação da Demanda), anexo nesse protocolo de pedido de abertura de licitação.

Como o objeto desse certame é o Registro de preços, objetivando a eventual aquisição de materiais para manutenção do sistema de iluminação pública, a base de cálculo leva em consideração que este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições.

**5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)** V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

Existem algumas soluções disponíveis para que uma prefeitura possa adquirir materiais elétricos para iluminação pública, tais como:

**Licitação pública:** É o processo administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública, com base em critérios



previamente definidos, como preço, qualidade, prazo, entre outros. A licitação pública é obrigatória para a contratação de obras, serviços, compras e alienações pelo poder público, conforme a Lei nº 14.133/2021.

**Parceria público-privada (PPP):** É o contrato de prestação de serviços de médio ou longo prazo, entre o poder público e uma empresa privada, que envolve investimento e gestão por parte do parceiro privado, em troca de uma remuneração vinculada ao seu desempenho. A PPP pode ser uma alternativa para a modernização da iluminação pública, com a implantação de tecnologia LED e produtos smart, que trazem economia de energia e benefícios sociais. Um exemplo de PPP na iluminação pública é o caso de São Paulo, que firmou um contrato de 20 anos com um consórcio privado para a substituição de 620 mil pontos de luz na cidade<sup>2</sup>.

**Programa Procel Reluz:** É um programa do governo federal, coordenado pela Eletrobrás, que oferece recursos financeiros e apoio técnico aos municípios que adotam a tecnologia LED na iluminação pública, visando a eficiência energética e a redução de custos. O programa é operacionalizado por meio de chamadas públicas, que selecionam os projetos dos municípios interessados em participar. Desde 2000, o Procel Reluz já apoiou mais de 500 projetos de iluminação pública em todo o país.

A licitação pública é uma modalidade de contratação que visa selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública, com base em critérios previamente definidos, como preço, qualidade, prazo, entre outros. A licitação pública é obrigatória para a contratação de obras, serviços, compras e alienações pelo poder público, conforme a Lei nº 14.133/2021.

A justificativa técnica da escolha da licitação pública se baseia na necessidade de garantir a isonomia, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência na contratação de bens e serviços públicos, conforme os princípios constitucionais que regem a administração pública<sup>1</sup>. A licitação pública também permite a ampla participação dos fornecedores, estimulando a competitividade e a inovação no mercado.

A justificativa econômica da escolha da licitação pública se baseia na busca pela economicidade, ou seja, pela obtenção do melhor resultado possível com o menor dispêndio de recursos públicos. A licitação pública também possibilita a avaliação das alternativas possíveis, e a justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, conforme o art. 18, §1º, V da Lei nº 14.133/2021<sup>3</sup>. A licitação pública ainda contribui para a transparência e a prestação de contas da gestão pública, facilitando o controle social e institucional. Portanto, a escolha da licitação pública pode ser justificada tanto por aspectos técnicos quanto econômicos, que visam assegurar a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a efetividade das contratações públicas. Espero ter esclarecido sua dúvida. Se você quiser saber mais sobre algum outro assunto, é só me perguntar. Estou sempre à disposição.



**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)** VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Estima-se que o valor da contratação varia pelas unidades dos produtos, conforme preços da licitação anterior e levando em conta o preço médio da tabela SINAPI, fica estipulado o valor de **R\$479.759,00**, (quatrocentos e setenta e nove mil setecentos e cinquenta e nove reais) fracionado por itens, conforme tabela descrita no DFD (Documento de formulação da Demanda), anexo nesse protocolo de pedido de abertura de licitação.

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)** VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista os fatos acima aduzidos, compreende-se a aquisição de Materiais junto a empresas privadas, através de Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços, com entrega à cargo do fornecedor, como solução que suprirá as necessidades da Administração. Tendo ainda como obrigação:

1 - Tratar as questões inerentes ao objeto com o fiscal do registro de preços, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do registro de preços, a não ser por iniciativa deste último;

2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste registro de preços, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

5 - Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

a) Executar/entregar o objeto de acordo com as orientações do fiscal;

b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;

c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;



d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

**8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;**

Pretende-se realizar a contratação de empresas para o fornecimento de itens de manutenção da iluminação pública.

Neste caso os itens terão seu fornecimento parcelado em cotas, tendo em vista que a licitação será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando fomentar as empresas que estejam sob estes enquadramentos, nos termos da Lei Complementar 123/2006. Exceto o Item 20 (*Iluminação LED padrão "B"*), cuja estimativa de valor final, é maior que 80 mil reais, devendo assim ter cota de 25% reservada exclusivamente para micro e pequenas empresas e os 75% restantes são destinados à participação de todo e qualquer interessado.

**9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;**

Da contratação do objeto deste ETP espera-se o fornecimento de Materiais Elétricos de boa qualidade e de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, objetivando a compra com o menor preço possível, tendo por objetivo a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.

A adequação dos materiais elétricos às normas técnicas e de segurança vigentes, garantindo a confiabilidade e a durabilidade dos produtos.

A capacidade de atendimento da demanda, considerando o prazo, a quantidade e a frequência do fornecimento, evitando atrasos, faltas ou excessos de materiais.

A responsabilidade socioambiental da empresa fornecedora, demonstrando o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a preservação dos recursos naturais, a redução dos impactos ambientais e a valorização dos direitos humanos e trabalhistas.

**10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração**



previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Juscelino Thomazi
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Cleiton Szczpkowski
Suplente do Fiscal de Recebimento/Execução:	Leonardo Assis Walendolff de Oliveira

#### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Os Objetos desse certame fazem relação com o contrato 021/2022 de SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, obtidos através do pregão 158/2021.

#### **12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)** XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

#### **13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)** XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações apresentadas neste estudo técnico preliminar, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais elétricos de qualidade, conforme as especificações técnicas e os requisitos de sustentabilidade ambiental definidos no termo de referência.

A contratação visa atender à demanda da Administração Municipal por materiais elétricos para a manutenção dos sistemas de comunicação e centrais



telefônicas, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

A não contratação pode acarretar em prejuízos operacionais, financeiros e sociais, como a interrupção ou a precarização dos serviços de comunicação, o aumento dos custos de manutenção, o desperdício de recursos naturais e a insatisfação dos usuários.

A modalidade de licitação escolhida para a contratação é o pregão eletrônico, por se tratar de uma aquisição de bens comuns, de ampla concorrência e de fácil padronização. O tipo de licitação será o de menor preço, por lote, considerando o valor global do fornecimento.

**14.** Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Neste caso, adotar-se-á a aquisição por unidade, conforme demanda. Destaca-se que a economia de escala, embora vantajosa ao adquirir grandes quantidades para armazenamento, não se aplicará devido à natureza da compra por unidade.

**15.** Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: **PREGÃO (SRP).**

Critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM.**

Modo de disputa: **ABERTO**

A escolha do Registro de Preços se deve ao fato de o modelo permitir a seleção de fornecedores que fornecerão os serviços pelo preço registrado, durante todo o período pré-determinado, além disso, proporciona flexibilidade à Administração na contratação, pois não vincula a compra de quantidades específicas.

**16.** Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se Aplica



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Anexo no Processo.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não se Aplica.

## 19. ANÁLISE DE RISCOS

<b>Objeto de contratação:</b> Materiais para manutenção do sistema de iluminação pública.
<b>Nº da Portaria de designação da Comissão de Planejamento:</b>
<b>FASE DE ANÁLISE:</b>
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor</b>
<input type="checkbox"/> <b>Gestão do Contrato</b>

### a-) Fase de Planejamento

RISCO 1			
<b>Descrever aqui o risco:</b> Deficiência na definição da demanda.			
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Dano</b>			
Subdimensionamento ou superdimensionamento da demanda			
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Organização e controle do planejamento da aquisição de Materiais.		Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas	
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>	
Implementar mecanismos de revisão durante o processo de licitação, permitindo ajustes à medida que mais informações sobre a demanda se tornem disponíveis.		Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas	

RISCO 2			
<b>Descrever aqui o risco:</b> Ressalvas no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Minuta do Contrato.			
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Dano</b>			
Atraso no Processo de Contratação			
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Estabelecer padrões claros para a elaboração de		Departamento de licitações.	



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

documentos, incluindo modelos padronizados para o Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Minuta do Contrato. Isso ajuda a manter consistência e clareza.	
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Analisar lições aprendidas com projetos anteriores, especialmente aqueles que envolveram ressalvas nos documentos, para evitar repetição de erros e melhorar os processos de redação. Envolver a Procuradoria Jurídica desde as fases iniciais para revisar o Termo de Referência e a Minuta do Contrato, garantindo conformidade legal e evitando ressalvas jurídicas. Oferecer treinamento adequado à equipe responsável pela elaboração dos documentos, abordando questões técnicas, legais e de redação.	Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas  Procuradoria Jurídica  Secretaria de Administração e Finanças

**b-) Gestão do Contrato**

<b>RISCO 3</b>			
<b>Descrever aqui o risco: Descumprimento das obrigações contratuais, atraso na execução do objeto, especificações divergentes. Falha ou omissão no registro e fatos do contrato</b>			
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
<b>Dano</b>			
Deficiência na prestação dos serviços; Prejuízo financeiro para a Administração, Possível negligência nas manutenções dos patrimônios públicos.			
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>		
Elaboração detalhada do contrato, incluindo cláusulas claras que descrevam as obrigações de ambas as partes, prazos, especificações técnicas, penalidades por descumprimento e procedimentos de resolução de disputas. Submeter o contrato a uma revisão legal antecipada para garantir que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e que todas as cláusulas sejam claras, justas e executáveis. Desenvolver um Termo de Referência preciso que inclua todas as especificações técnicas e requisitos detalhados do projeto, minimizando a probabilidade de interpretações divergentes. Avaliar cuidadosamente a capacidade técnica e financeira dos fornecedores antes da adjudicação do contrato para garantir que estejam aptos a cumprir as obrigações contratuais. Oferecer treinamento adequado às equipes envolvidas na execução do contrato, garantindo que todos entendam suas responsabilidades e obrigações. Realizar auditorias periódicas para garantir a conformidade com as especificações e o registro adequado de fatos contratuais, evitando falhas ou omissões.	Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas  Procuradoria Jurídica  Secretaria de Administração e Finanças		
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>		
Incluir cláusulas contratuais que estabeleçam penalidades para o descumprimento das	Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas		



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

obrigações contratuais e atrasos na execução do objeto. Designar uma equipe de gerenciamento de riscos para identificar proativamente problemas potenciais e implementar ações corretivas. Estabelecer canais claros e transparentes de comunicação entre as partes contratantes para abordar prontamente quaisquer problemas que possam surgir. Realizar revisões regulares do contrato durante a execução do projeto para garantir que ele permaneça relevante e alinhado com as necessidades e especificações.	Secretária de Administração e Finanças
---	--

Dois Vizinhos, 01 de Abril de 2024.

JUSCELINO THOMAZI  
Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas  
Responsável pela Elaboração do ETP